

Introdução

Este trabalho trata do processo de reassentamento de refugiados palestinos no Brasil. Tem como foco o acampamento levantado por um grupo de refugiados em Brasília, em protesto a supostos problemas no programa de reassentamento brasileiro. Esse acampamento, contudo, com o passar do tempo, tornou-se uma reedição de Ruweisheid – campo de onde vieram os refugiados palestinos – reproduzindo aqui a organização da vida social, o aproveitamento dos espaços públicos, tendas improvisadas como moradias, o racionamento de água e comida, a falta de energia elétrica ou outros elementos da vida urbana: o “campo” de Brasília.

O entendimento das razões que levaram esse grupo ao protesto, passa pela compreensão do por que, em um contingente de cento e oito palestinos oriundos e vivendo sob as mesmas circunstâncias no Brasil, apenas vinte (número aproximado de pessoas que passaram pelo acampamento durante o protesto em frente ao ACNUR), resolveram pedir a transferência irrevogável para outro país. Por que, se foram assentados em São Paulo e no Rio Grande do Sul, não houve manifestantes procedentes das cidades gaúchas? Por que razão essas pessoas que, advindas de condições humanamente degradantes experienciadas por mais de quatro anos em um campo preferem até mesmo voltar para lá a ficarem em um país que sabidamente apresenta problemas sociais, mas que em nada se assemelham aos apresentados por campos de refugiados? Por que, para esse grupo, a vida em cidades brasileiras é menos interessante que a vida em um campo de refugiados?

Importante também é a proposta deste estudo de investigar, por um lado, como os brasileiros diretamente afetados pelo “campo” em Brasília vêem os refugiados palestinos e suas reivindicações, além da posição manifestada pelo governo brasileiro e as agências envolvidas no processo de reassentamento dos palestinos no Brasil. E, por outro lado, compreender como os refugiados

palestinos vêem esses brasileiros, o Brasil e os organismos responsáveis pelo reassentamento.

Este estudo visa contribuir com a discussão acerca da questão da imigração internacional notadamente o viés do refúgio e seus desdobramentos sociais, políticos, econômicos e culturais no Brasil. É muito menos intenção deste trabalho esgotar as discussões sobre o assunto que acrescentar novos elementos ao debate, sobretudo ao focar o grupo descontente dos refugiados.

O grupo majoritário, aquele que, se não satisfeito com as condições de reassentamento ao menos não fez parte do “campo” de Brasília, não é contemplado em profundidade neste estudo. É importante frisar que o olhar, nessa investigação, está sobre o grupo minoritário e suas motivações para a reedição de um campo de refugiados no Brasil. Essa opção se deu, sobretudo, pelo tempo relativamente curto para uma pesquisa que contemplasse todo o grupo de cento e oito pessoas.

Também não está no escopo estudo mais aprofundado das políticas brasileiras para imigração – embora o Programa de Reassentamento Solidário seja um elemento importante do trabalho, também não recebe tratamento mais robusto. Tampouco o recebem os agentes e agências civis e não- governamentais envolvidos no processo de reassentamento de refugiados no Brasil já que, insisto, o enfoque é, principalmente, um olhar sociológico sobre o grupo formador do “campo” de Brasília.

O desenvolvimento desse trabalho só foi possível por inúmeras e inestimáveis contribuições ao longo do caminho: pelos professores do Departamento de Sociologia da PUC-Rio, meus colegas de mestrado, os próprios entrevistados, além, é claro, da minha orientadora Maria Alice Rezende de Carvalho.

Esse trabalho, que fora concebido como um projeto, teve muitas imprecisões apontadas durante o período de créditos, principalmente pelos professores Valter Sinder e Ângela Paiva e ao, no processo de qualificação, pelos professores Roberto DaMatta e Marcelo Burgos.